



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 004/2022

CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DE SAÚDE

PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS – PR, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 76.205.640/0001-08, com sede na Avenida Rio Grande do Sul, n.º 130, na cidade de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, torna público, para o conhecimento dos interessados, que está instaurando processo de chamamento público visando o **CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PRESTADOR(ES) DE SERVIÇO HOSPITALAR DE RETAGUARDA CLÍNICA PARA A REDE MATERNO INFANTIL – ESTRATÉGIA DE QUALIFICAÇÃO DO PARTO – EQP, AOS USUÁRIOS DO SUS**, segundo as condições estabelecidas neste Edital, nos seus anexos e na minuta de contrato, cujos termos, igualmente, o integram.

Conforme disposto na Resolução SESA 377/2012 - A Estratégia de Qualificação do Parto é destinada aos hospitais públicos, filantrópicos e privados que vinculem o parto de gestantes do Sistema Único de Saúde e que atendam os critérios estabelecidos na tipologia dos hospitais da Rede Materno Infantil classificando-se em risco intermediário ou risco habitual, conforme descrição abaixo:

I - Hospital de Risco Habitual

- a) dispor de médico e enfermeiro 24 horas;
- b) realizar, no mínimo, 120 partos/ano ou 50% dos partos dos nascidos vivos do próprio município;
- c) possuir alojamento conjunto;
- d) possuir comissão interna de prevenção da mortalidade materna e infantil;
- e) apresentar condições para a garantia de acompanhante no pré-parto, parto e pós-parto.

II - Hospital de Risco Intermediário

- a) dispor de médico obstetra, pediatra, anestesista e enfermeiro 24 horas;
- b) realizar, no mínimo, 250 partos; este número poderá ser menor desde que atenda a necessidade de partos na região e por análise e deliberação da Comissão de Credenciamento e Habilitação da Estratégia de Qualificação do Parto;
- c) possuir Unidade de Cuidados Intermediários Neonatal ou implantar essa UCIN no período máximo de um ano a partir da assinatura do contrato;
- d) possuir alojamento conjunto;
- e) possuir comissão interna de prevenção da mortalidade materna e infantil;
- f) apresentar condições para a garantia de acompanhante no pré-parto, parto e pós-parto.

Atualmente, conforme determina artigo 3º da Resolução SESA 377/2012 a Deliberação nº 023/2012, de 05 de setembro de 2012, da Comissão Intergestores Bipartite da 8ª Regional de Saúde, definiu e aprovou os hospitais de referência com garantia da vinculação ao parto as gestantes de risco habitual e risco intermediário, estando indicados como pré qualificados o Hospital Pró Vida para risco habitual. A deliberação foi alterada pela Deliberação nº 21 de 14 de julho de 2021, mantendo o Hospital Pró Vida como risco habitual



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

e tendo como referência ao risco intermediário e alto risco o Hospital Regional do Sudoeste Walter Alberto Pecoits. Tal deliberação não impede o credenciamento de novos hospitais, porém desde que sejam pré qualificados pela Comissão Intergestores Bipartite da 8ª Regional de Saúde e cumpram os demais requisitos.

1. DO LOCAL, DATA E HORÁRIO DA ABERTURA

1.1 LOCAL: Sala de Licitações – Prefeitura Municipal, com endereço na Avenida Rio Grande do Sul, n.º 130 – Dois Vizinhos – PR.

1.2 DATA: 26 de maio de 2022.

1.3 HORÁRIO: 9 horas.

1.4 Comissão Permanente de Licitação nomeada pela Portaria 007/2022.

1.5. Da publicação: De acordo com o Art. 1º, § 1º da Lei 2366/2019 estabelece que o prazo de publicação conforme o texto da Lei é “O Credenciamento é o ato administrativo de chamamento público, processado por edital, destinado à contratação de serviços ou junto àqueles que satisfaçam os requisitos definidos pela Administração, observado o prazo de publicidade de no mínimo 15 (quinze) dias úteis”.

2. EMBASAMENTO LEGAL, JUSTIFICATIVA e FORMALIZAÇÃO DO PREÇO

2.1. O presente credenciamento será regido pela Constituição Federal de 1988, Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, Lei Municipal nº 2366/2019, Lei Orgânica Municipal, Resolução SESA nº 377/2012 alterada pela Resolução SESA nº 212/2016 e demais disposições regulamentares aplicáveis à espécie, inclusive, as normas e portarias editadas pelo Secretaria de Estado da Saúde, e mediante as condições a seguir estabelecidas.

2.2. JUSTIFICATIVA:

Considerando

a) A Resolução SESA nº 377/2012 que institui a Estratégia de Qualificação do Parto nos Hospitais públicos, filantrópicos e privados que garantirem a vinculação do parto na Rede Materno Infantil. E que atendam os critérios estabelecidos na tipologia dos hospitais da rede classificando-se em risco habitual, intermediário, alterada pela Resolução SESA nº 212/2016;

b) O Art. 8º da Resolução SESA 212/2016 citada acima refere-se à transferência de recursos que ocorre via Fundo Estadual de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde, na forma de incentivo, aos municípios que têm a gestão dos prestadores que atenderem as condições definidas para o atendimento de parto de risco habitual e parto de risco intermediário, devendo os municípios comprovarem a existência e funcionamento de Conselho Municipal de Saúde, da Instituição de Fundo Municipal de Saúde e de Plano de Saúde vigente; caso em que se enquadra o município de Dois Vizinhos;

c) As diretrizes e princípios para a consolidação do SUS, Art. 196 da CF/1988 sobre universalidade, integralidade, equidade, hierarquização e controle social;



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

d) Mapa Estratégico da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná que estabelece como resultado a redução da mortalidade materna e infantil e a implantação da Rede Materno Infantil;

A solicitação justifica-se pela necessidade de formalização da transferência de recursos aos prestadores de gestão municipal que atendam aos critérios exigidos na Resolução. Pela garantia da qualidade e assistência no pré-parto, parto e pós-parto e redução da mortalidade materna e infantil.

2.3. DO PREÇO: O valor unitário foi balizado pelo Edital de Chamamento Público nº 023/2017, da Secretaria de Estado de Saúde, que tem o mesmo objeto deste para cada AIH apresentada e aprovada com os procedimentos (Parto Normal, Parto Cesariano, Parto Cesariano com laqueadura tubária); e pela Resolução SESA nº 377/2012 alterada pela Resolução SESA nº 212/2016.

2.4. QUANTIDADE ESTIMADA: 50 (cinquenta) partos mensais, totalizando 600 (seiscentos) anuais.

3. DO OBJETO

3.1. O presente Chamamento Público tem por OBJETO o **CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PRESTADOR(ES) DE SERVIÇO HOSPITALAR DE RETAGUARDA CLÍNICA PARA A REDE MATERNO INFANTIL – ESTRATÉGIA DE QUALIFICAÇÃO DO PARTO – EQP, AOS USUÁRIOS DO SUS**, de acordo com o edital.

4. DO VALOR

4.1. O valor estimado para esta Chamada Pública é de R\$ 11.200,00 (onze mil e duzentos reais) ao mês, totalizando **R\$ 134.400,00 (cento e trinta e quatro mil e quatrocentos reais) ao ano**.

Tipo	Qtde a ser contratada mês	Qtde a ser contratada Ano	Valor Unitário	Valor total mês	Valor total Ano
Risco habitual	40	480	R\$ 200,00	R\$ 8.000,00	R\$ 96.000,00
Risco intermediário	10	120	R\$ 320,00	R\$ 3.200,00	R\$ 38.400,00
Totais	50	600		11.200,00	134.400,00

4.1.1 Para os seguintes procedimentos:

- Procedimento 03.10.01.003-9 - Parto Normal;
- Procedimento 04.11.01.003-4 - Parto Cesariano;
- Procedimento 04.11.01.004-2 - Parto Cesariano com laqueadura tubária.



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

4.2. A quantidade a ser contratada baseou-se na séria história de produção dos Estabelecimentos de Saúde do município, para os anos de 2020 e 2021, conforme dados do Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS).

4.3. O pagamento fica condicionado a transferência de recursos do Tesouro Estadual.

4.4. Para o rateio da necessidade/programação de partos a Comissão de Credenciamento priorizará as entidades públicas e filantrópicas até o limite de sua capacidade, na sequência, da mesma forma, as entidades privadas sem fins lucrativos e finalmente as entidades privadas com fins lucrativos. No caso de empate será realizado sorteio.

4.4.1 O credenciamento não implica, necessariamente, a contratação. Os contratos serão firmados com os credenciados pelo sistema de rodízio, respeitada a ordem cronológica dos credenciamentos, o número de partos aprovados pela Comissão Intergestores Bipartite para cada contratado, as efetivas necessidades da Administração e o limite financeiro existente. Ficando assim condicionada após credenciamento do Hospital a emissão da aprovação pela Comissão para efetiva contratação.

4.5. A Estratégia de Qualificação ao Parto terá valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por parto, para os hospitais que forem habilitados como Risco Habitual (Parto Normal e Parto Cesariano), e R\$ 320,00 (trezentos e vinte reais) por parto, para os hospitais que forem habilitados como Risco Intermediário (Parto Cesariano com laqueadura tubária).

4.6. Em caso de não haver produção mensal aprovada não será pago nenhum valor adicional.

4.7. Não haverá pagamento retroativo, em qualquer hipótese, fora do período contratado, ou do período em que o contratado esteja cumprindo suspensão por não prestar os serviços em conformidade com o Edital de Chamamento Público e seu respectivo contrato.

4.8. As despesas na Estratégia de Qualificação do Parto correrão por conta do Tesouro do Estado, Fonte 100.

5. DO ACESSO

5.1. O acesso ao credenciamento é livre para todos os estabelecimentos, pessoas jurídicas, prestadoras dos serviços na área de saúde, conforme o objeto deste Edital, pelo período de 12 (doze) meses a partir da data de abertura do edital de Chamamento/Credenciamento Público n.º 004/2022.

5.2. Os hospitais públicos, filantrópicos e privados que pretendem se credenciar a este chamamento público, participando da Estratégia de Qualificação do Parto, deverão observar os critérios relacionados abaixo e serão classificados como Hospital de Risco Habitual ou Hospital de Risco Intermediário, para atendimento da gestante com vinculação do parto.

a) Hospital de Risco Habitual



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

- Receber todas as gestantes vinculadas pela Atenção Primária para atender as intercorrências durante a gestação e a realização do parto;
- Dispor de no mínimo 50 leitos totais cadastrados no CNES;
- Dispor de médico e enfermeira 24 horas do dia com nome e carga horária cadastrados no CNES;
- Realizar no mínimo 120 partos/ano, este número poderá ser menor desde que atenda a necessidade de parto da região, mediante aprovação análise e de deliberação da CIB Regional, considerando como fator de análise dos últimos quatro anos quanto à taxa de mortalidade materno, mortalidade infantil, número de nascidos vivos, quantitativo de partos realizados, número de gestantes atendidas, condições físicas, técnica (equipe atuante), condições sanitárias;
- Manter escala de trabalho do serviço atualizado mensalmente e enviar a Secretaria Municipal de Saúde até o 5º dia útil do mês corrente, organizada no sentido de garantir a presença dos profissionais nas 24 horas do dia;
- Apresentar um quantitativo de ao menos 120 partos/ano, tendo como base de dado SINASC;
- Adotar as boas práticas de atenção ao parto e nascimento, segundo as recomendações publicas pelo Ministério da Saúde e as recomendações emitidas pela SESA/PR;
- Garantir acompanhante no pré-parto, parto e pós - parto;
- Possuir plano de ação para qualificação de atenção à gestante, tendo como objetivo a redução da taxa de cesárea para percentuais abaixo de 38 % do total de partos ocorridos no estabelecimento;
- Apresentar em prontuário acompanhamento por partograma em 100% das gestantes;
- Apoiar e promover o aleitamento materno, com adoção dos “Dez Passos para o Sucesso do Aleitamento Materno” do Ministério da Saúde;
- Desenvolver atividades de educação permanente para as equipes multiprofissionais;
- Fornecer ações, orientações de planejamento reprodutivo pós-parto e pós-abortamento à puérpera no momento da alta hospitalar, assim como encaminhamento consulta de puerpério e puericultura após alta;
- Garantir o correto preenchimento das Declarações de nascimento e atestado de óbitos;
- Atender às exigências de infra estrutura, processo e procedimentos preconizados pela legislação dos órgãos de Vigilância Sanitária e do Ministério da Saúde;
- Realizar teste rápido de HIV e Sífilis em 100% das parturientes e situações de abortamentos;
- Possuir Comissão interna de prevenção mortalidade materna e infantil;
- Alimentar e atualizar todos os sistemas de informações;
- Implantar e manter as ações do protocolo do parto seguro, de acordo com o estabelecido pela Secretaria de Estado da Saúde.

b) Hospital de Risco Intermediário

- Receber todas as gestantes vinculadas pela Atenção Primária/Ambulatório e/ou Centro Mãe Paranaense para atender as intercorrências durante a gestação e a realização do parto;
- Dispor de no mínimo 100 leitos totais cadastrados no CNES;
- Dispor de médico obstetra, pediatra, anestesista e enfermeira 24 horas do dia com nome e carga horária cadastrados no CNES;



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

- Realizar pelo menos 250 partos/ano. Este número poderá ser menor desde que atenda a necessidade de parto da região, mediante aprovação análise e de deliberação da CIB Regional, considerando como fator de análise dos últimos quatro anos quanto à taxa de mortalidade materno, mortalidade infantil, número de nascidos vivos, quantitativo de partos realizados, número de gestantes atendidas, condições físicas, técnica (equipe atuante), condições sanitárias;
- Manter escala de trabalho do serviço atualizado mensalmente e enviar a Secretaria de Saúde até o 5º dia útil do mês corrente, organizada no sentido de garantir a presença dos profissionais nas 24 horas do dia;
- Apresentar um quantitativo de ao menos 250 partos/ano, tendo como base de dado SINASC;
- Adotar as boas práticas de atenção ao parto e nascimento, segundo as recomendações publicas pelo Ministério da Saúde e as recomendações emitidas pela SES/PR;
- Garantir acompanhante no pré-parto, parto e pós – parto;
- Possuir plano de ação para qualificação de atenção à gestante, tendo como objetivo a redução da taxa de cesárea para percentuais abaixo de 38 % do total de partos ocorridos no estabelecimento;
- Exceto em casos de urgências, garantir que a cesáreas não sejam realizadas antes da 39ª Semana;
- Apresentar em prontuário acompanhamento por partograma em 100% das gestantes;
- Apoiar e promover o aleitamento materno, com adoção dos “Dez Passos para o Sucesso do Aleitamento Materno” do Ministério da Saúde;
- Desenvolver atividades de educação permanente para as equipes multiprofissionais;
- Fornecer ações, orientações de planejamento reprodutivo pós-parto e pós abortamento à puérpera no momento da alta hospitalar, assim como encaminhamento consulta de puerpério e puericultura após alta;
- Garantir o correto preenchimento das Declarações de nascimento e atestado de óbitos; Possuir Unidade de Cuidados Intermediários Neonatal;
- Possuir alojamento conjunto;
- Possuir Comissão interna de prevenção mortalidade materna e infantil;
- Atender às exigências de infra estrutura, processo e procedimentos preconizados pela legislação dos órgãos de Vigilância Sanitária e do Ministério da Saúde;
- Realizar teste rápido de HIV e Sífilis em 100% das parturientes e situações de abortamentos;
- Garantir ao recém-nascidos em risco de exposição ao HIV a profilaxia para prevenção da transmissão vertical de acordo com protocolo vigente;
- Alimentar e atualizar todos os sistemas de informações;
- Implantar e manter as ações do protocolo do parto seguro, de acordo com o estabelecido pela Secretaria de Estado da Saúde.

6. DA INSCRIÇÃO

6.1. As empresas interessadas deverão se inscrever no processo de Chamamento/Credenciamento Público n.º 004/2022, apresentando os documentos elencados no **item 09** do presente chamamento, podendo se credenciar para tal, apresentando os documentos relacionados, em via original ou por qualquer processo de



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

cópia, devendo, neste último caso, serem autenticadas por tabelião ou apresentadas com os respectivos originais, para autenticação por servidor deste Município.

6.2. Os interessados poderão inscrever-se para o credenciamento a partir da publicação do presente Edital, sendo que a abertura dos envelopes dar-se-á a partir do dia **26 de maio de 2022, as 9 horas**.

6.3. Os interessados poderão solicitar o credenciamento a qualquer momento, sendo a contratação de acordo com a necessidade dos serviços.

6.4. Os interessados deverão entregar os Envelopes na sede da Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos – ao Presidente da Comissão Permanente de Licitações, sito a Av. Rio Grande do Sul, 130, centro do Município.

6.5. A abertura dos envelopes dar-se-á no local acima mencionado, obedecendo a ordem de entrega dos mesmos.

7. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

7.1. Serão observadas para credenciamento dos prestadores de serviços que atenderem a Tipologia dos hospitais para vinculação do parto, mediante deliberação da relação de hospitais elegíveis para a vinculação do parto de risco habitual e risco intermediário, definindo para cada hospital através das Comissões Intergestores Bipartites Regionais e apresentarem a documentação para contratualização.

7.1.1 A deliberação não impede que outros hospitais que também cumpram os requisitos possam se credenciar e prestar os serviços que são objeto do presente chamamento, desde que seja pré-qualificado pela Comissão Intergestores Bipartites Regionais.

7.2. A participação terá preferência seguindo a ordem: serviços públicos, entidades filantrópicas, entidades sem fins lucrativos, e por fim entidade privada de acordo com a necessidade de partos em cada região do Estado.

7.3. Somente serão contratados hospitais que atenderem a Resolução SESA nº 377/2012 e 212/2016, bem como todo o disposto no presente Edital de Chamamento Público.

7.4. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo, os licitantes que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

7.4.1. Licitante declarado inidôneo para licitar junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta no âmbito Federal, Estadual e Municipal, sob pena de incidir no previsto no parágrafo único do art. 97 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;

7.4.2. Estejam sob falência, dissolução ou liquidação;

7.4.3. Empresas que tenham como sócio (s) servidor (es) ou dirigente (s) na esfera governamental da Administração Municipal;



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

7.4.4. Estejam em situação irregular perante as Fazendas: Federal/ INSS, Estadual, Municipal, FGTS e CNDT;

8. DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

8.1. As impugnações aos termos do presente edital deverão obedecer aos critérios do artigo 41, da Lei n.º 8.666/93.

8.1.1 As empresas participantes deverão verificar o conteúdo dos documentos integrantes do Edital, sendo que decairá do direito de impugnar os termos do Edital de Licitação perante a PREFEITURA, licitante que não fizer seu pedido até o 2º (segundo) dia útil que anteceder à abertura dos envelopes com as propostas, nos termos do artigo 41, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8666/93, e suas alterações.

8.1.2 A(s) impugnação(ões) poderá(ão) ser entregue(s) no Departamento de Licitações ou enviado(s) por meio eletrônico para o e-mail: planejamento@doisvizinhos.pr.gov.br.

9. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO

9.1. Para o credenciamento, os interessados, deverão apresentar toda a documentação informada abaixo:

9.1.1 A documentação relativa à habilitação jurídica consistirá em:

- a) Ato constitutivo: Estatuto ou Contrato Social de Constituição do Estabelecimento, e, se houver, última Alteração do Contrato Social ou do Estatuto, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores;
- b) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de Sociedades Civis;
- c) Ata de nomeação da Diretoria em exercício;
- d) Ficha (completa) de Identificação de Inscrição de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);
- e) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), demonstrando que a empresa se encontra em situação cadastral ativa;
- f) Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal (art. 29 inciso III da Lei nº 8.666/93). A exigência de que trata este item assim resume:
- I) Certidão Negativa de Débitos, expedida pela Secretaria da Receita Federal, conjunta com a Seguridade Social (INSS);
- II) Certidão de Regularidade dos Tributos Estaduais expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda (Certidão de Regularidade com a Dívida Ativa de Tributos Estaduais);



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

III) Certidão ou Certidões de Regularidade de todos os Tributos Municipais, expedida pela Prefeitura Municipal (Tributos Mobiliários e Imobiliários);

IV) Certidão Negativa de Débitos expedida pelo Tribunal de Contas do Paraná.

g) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, expedida pela CEF, conforme Decreto nº 2.291 de 21 de novembro de 1986;

h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), demonstrando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, conforme Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011;

i) Apresentar cópia do RG e do CPF do representante legal que assinará o Contrato;

* Se o Hospital for privado, quem assina é o sócio majoritário, ou diretor eleito, apresentado na Ata de Nomeação da Diretoria solicitada no Item III;

** Se o Hospital for Municipal, ou, mantido por Fundo Municipal de Saúde, apresentar Certidão Negativa Tribunal de Contas. O responsável é o Prefeito eleito, ou, em exercício, devendo apresentar Cópia da Ata de Posse do Prefeito, bem como, se em substituição, apresentar Decreto de nomeação;

j) Para os Hospitais Filantrópicos, anexar cópia do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, Obs.: No caso das entidades que estiverem com seus certificados em processo de renovação, deverão ser encaminhadas, além da cópia do CEBAS vencido, a certidão e/ou o protocolo solicitando a renovação ou certificação, que substituirá provisoriamente o CEBAS;

k) Alvará de Funcionamento Atualizado;

9.1.2 A documentação relativa à qualificação técnica consistirá em:

a) Deliberação da Comissão Intergestores Bipartite Regional onde o hospital conste como pré-qualificado para a Estratégia de Qualificação do Parto;

b) Preenchimento do Anexo II, informando o número de partos/mês ofertados pelo prestador de acordo com o número de leitos obstétricos cirúrgicos e o número de salas de parto e de acordo com a escala de médicos, enfermeiras e/ou plantonistas (conforme consta no CNES). Informar o tipo de risco ao qual o hospital se habilita;

c) Cópia do Registro ou inscrição do estabelecimento interessado no Conselho Regional de Medicina do Paraná (CRM);

d) Apresentação da escala de médicos plantonistas, enfermeiros e obstetras;



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

- e) Cópia do Diploma e do Registro no Conselho Profissional da Categoria, dos plantonistas, obstetras, anestesistas e enfermeiras, conforme equipe existente no estabelecimento;
- f) Comprovação, através de declaração do Conselho Regional de Medicina, de possuir, em seu quadro permanente, responsável técnico, médico, inscrito no CRM;
- g) Licença Sanitária expedida pelo serviço de vigilância sanitária estadual ou municipal, conforme o tipo de gestão; ou protocolo de solicitação da mesma.

Obs: O estabelecimento de saúde participante deverá apresentar os documentos na ordem relacionada neste Edital de Chamamento.

9.1.3 Declaração Unificada (conforme modelo – Anexo IV);

9.2. Todos os documentos solicitados neste Chamamento deverão ser apresentados em original ou por cópias xerográficas devidamente autenticadas em cartório ou por servidor municipal designado para tal, e estarem em plena validade até a data de abertura da licitação;

9.3. Para os documentos emitidos via INTERNET, a Comissão Permanente de Licitação, antes da Habilitação da proponente, comprovará a veracidade das informações contidas no documento, através da própria INTERNET.

9.4. Havendo restrição quanto à regularidade fiscal no caso de **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte**, fica concedido um prazo de 5 (cinco) dias úteis para a sua regularização, prorrogável por igual período mediante justificativa tempestiva e aceita pela Comissão permanente de licitação, nos termos da Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014.

9.5. Todos os documentos devem ser impressos preferencialmente em papel reciclável.

10. FORMA DE APRESENTAÇÃO DO ENVELOPE CONTENDO A DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DE SERVIÇO

10.1. Os envelopes contendo **documentos de habilitação e proposta de Serviços**, deverão ser entregues na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital, devidamente fechados, constando da face os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2022
ENVELOPE – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE SERVIÇOS
PROPONENTE: _____

11. PROPOSTA

11.1. Contida no Envelope, devidamente assinada por seu responsável legal, em papel timbrado, redigida em idioma nacional de forma clara, sem emendas, não podendo conter



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

erros rasuras ou entrelinhas, sob pena de desclassificação, caso a Comissão de Licitação entenda ser relevante tal falta, ou que comprometa a lisura do certame e deverá ser elaborada considerando as condições estabelecidas neste Edital. **(Conforme anexo II).**

12. ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO

12.1. A análise dos documentos apresentados para a inscrição no credenciamento será feita pela Comissão Permanente de Licitações, nomeada pela Portaria 038/2021, promovendo-se a desclassificação das proponentes que apresentarem propostas desconformes ou incompatíveis.

13. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

13.1. Dentre as propostas das proponentes serão credenciadas as que atenderem as exigências estipuladas neste edital, sendo que a proponente deverá comprometer-se a atender TODOS OS REQUISITOS DO ITEM, ao qual apresentar proposta.

13.2. Havendo mais que uma empresa credenciada para cada item os serviços e os valores serão rateados.

14. GESTÃO e FISCALIZAÇÃO

14.1. Do gestor: Caberá ao(a) Gestor(a) Municipal de Saúde o(a) Sr(a). Claudete Meurer o gerenciamento do(s) contrato(s), assim como fiscalizar o local onde serão prestados os serviços pelo(s) credenciado(s).

14.2. Do fiscal do contrato: Caberá a fiscalização do contrato ao Sr. Rafael Rugério Dutra;

14.3. Do suplente de fiscal: Sr. Tairone Alan Mezzomo.

14.4. O contrato contará com uma Comissão de Acompanhamento:

§ 1º. As atribuições desta Comissão será a de acompanhar a execução do presente contrato, no tocante aos seus custos, cumprimento das matrizes de aferição dos hospitais e avaliação da qualidade da atenção à saúde dos usuários;

§ 2º. A Comissão de Acompanhamento do contrato será criada pelo MUNICÍPIO, após assinatura do contrato, composta por 2 (dois) representantes da Gestão Municipal;

§ 3º. A contratada fica obrigada a fornecer à Comissão de Acompanhamento todos os documentos e informações necessárias ao cumprimento de suas finalidades;

§ 4º. A existência da comissão mencionada nesta cláusula não impede nem substitui as atividades próprias do Sistema de Auditoria (Federal, Estadual e Municipal);

§ 5º. A qualquer momento representantes da Secretaria Municipal de Saúde ou da Comissão de Acompanhamento poderão visitar as instalações da contratada para verificar condições de higiene, limpeza, rotina de atendimento e quaisquer outros fatores que



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

influenciem no fornecimento dos serviços, para fins de avaliar se estão sendo observadas as normas e regulamentos pertinentes;

15. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

15.1. Aos credenciados é assegurado o direito de interposição de Recurso, nos termos do art. 109 da Lei nº. 8666/93, o qual será recebido e processado nos termos ali estabelecidos;

15.2. O recurso limitar-se-á a questões de habilitação, considerando, exclusivamente, a documentação apresentada no ato do credenciamento, não sendo considerado documento anexado em fase de recurso;

15.3. O recurso deverá ser protocolado junto ao Departamento de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal, Av. Rio Grande do Sul, 130 - centro, na cidade de Dois Vizinhos, Estado do Paraná - PR - CEP 85.660-000 e ou encaminhado via e-mail para o endereço planejamento@doisvizinhos.pr.gov.br, aos cuidados da Comissão de Licitação, ficando estabelecido prazo de até 5 (cinco) dias úteis para reconsiderá-lo ou encaminhá-lo para análise do Gestor, que terá igual prazo para análise e decisão;

15.4. Somente o responsável legal do interessado poderá interpor recursos;

15.5. Somente serão conhecidos os recursos tempestivos, motivados e não protelatórios;

15.6. Não serão admitidos mais de um recurso do interessado versando sobre o mesmo motivo de contestação;

15.7. Decidido em todas as instâncias administrativas sobre os recursos interpostos, o resultado final do processo de credenciamento será divulgado por meio de Termo de Homologação pelo Município.

16. DA ASSINATURA DO CONTRATO

16.1. Homologado o objeto do presente Chamamento, o MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS, convocará os adjudicatários para assinarem o termo de contrato em até 3 (três) dias úteis, sob pena de decair do seu direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666/93.

17. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

17.1. A CONTRATANTE compromete-se a:

- I. Realizar o repasse de recursos;
- II. Acompanhar, supervisionar, fiscalizar, auditar, monitorar e avaliar o desempenho do contrato;
- III. Estabelecer mecanismos de controle da oferta e demanda de ações e serviços de saúde;
- IV. Estabelecer mecanismos eficazes de regulação de acesso;
- V. Integrar e vincular os diversos pontos de atenção voltados para o atendimento materno infantil através da Rede Cegonha/Mãe Paranaense;



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

- VI. Realizar reuniões técnicas em conjunto com a Contratada para acompanhamento dos trabalhos;
- VII. Comunicar à contratada qualquer irregularidade constatada na execução do objeto deste contrato;
- VIII. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

17.2. A CONTRATADA compromete-se a:

- I. Cumprir todas as condições especificadas no contrato;
- II. Não transferir ou subcontratar a execução dos serviços contratados, salvo em caso de emergência. Ou em situação excepcional, previamente autorizada pela contratante;
- III. Justificar a contratante eventuais motivos de força maior que impeçam a realização dos serviços, objeto do contrato;
- IV. Executar os serviços contratados de acordo com as condições estabelecidas no Edital de Chamamento, que integra este contrato para todos os fins;
- V. Observar o estrito atendimento dos valores e os compromissos morais que devem nortear as ações do contratado e a conduta de seus funcionários no exercício das atividades previstas no contrato;
- VI. Manter, durante o período de vigência do credenciamento e do contrato de prestação de serviço, todas as condições que ensejaram o Credenciamento/Contrato, em especial no que tange à regularidade fiscal e capacidade técnico-operacional;
- VII. Realizar atendimento gratuito não realizando qualquer cobrança a usuários do SUS;
- VIII. Fornecer à Comissão Intergestores Bipartite Regional e ao Grupo Condutor da Rede Mãe Paranaenses/Rede Cegonha os documentos e informações necessárias ao cumprimento de suas finalidades;
- IX. Manter atualizado o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);
- X. Alimentar o Sistema de Informação Hospitalar (SIH), ou outro sistema de informações que venha a substituí-lo no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);
- XI. É vedada a cobrança de complementação, a qualquer título, em relação a procedimentos previstos no contrato nas internações dos usuários do SUS;
- XII. Fornecer gratuitamente todos os medicamentos que necessitem ser utilizados em ambiente hospitalar;
- XIII. Manter sempre atualizado, completo com letra legível os prontuários dos pacientes;
- XIV. Manter as informações e dados do órgão ou entidade contratante em caráter de absoluta confidencialidade e sigilo, ficando expressamente proibida a sua divulgação para terceiros, por qualquer meio, obrigando-se, ainda, a efetuar a entrega para a contratante de todos os documentos envolvidos, em ato simultâneo à entrega do relatório final ou do trabalho contratado. O descumprimento da obrigação prevista neste inciso sujeitará o credenciado à sanção prevista no inciso IV do Art. 150 da Lei Estadual nº 15.608/07;
- XV. Garantir o acesso da gestante aos serviços de saúde, atendendo os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo sempre a qualidade na prestação de serviços;
- XVI. Responsabilizar-se integralmente pelos funcionários com os quais estabeleceu vínculo empregatício, procedendo os descontos e recolhimentos previstos em lei, inclusive os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a CONTRATANTE;



Município de Dois Vizinhos

Estado do Paraná

- XVII. Responsabilizar-se pela indenização de dano causado ao paciente, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados, ficando assegurado o direito de regresso;
- XVIII. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração, aos pacientes, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado, conforme art. 69 e 70 da Lei 8.666/93, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;
- XIX. Em caso de falta de leito de enfermaria, em situações de urgência e emergência, o hospital deverá providenciar acomodação adequada ao paciente, até que haja disponibilidade de leito;
- XX. Manter atendimento ininterrupto às gestantes atuando como referência no atendimento às gestantes de risco habitual e ou de risco intermediário dentro do Programa Materno Infantil, conforme pactuação com o gestor estadual;
- XXI. Atender gestante em situação de urgência e/ou emergência de acordo com a complexidade do hospital, independente da vinculação desta;
- XXII. Garantir a participação de representantes do hospital nos cursos de capacitação voltados para a Rede Cegonha/Mãe Paranaense/Materno Infantil;
- XXIII. Implantar protocolos clínicos de perinatologia;
- XXIV. Afixar em locais visíveis de acesso ao público, a identificação visual da Rede Materno Infantil, conforme padronizado pela Secretaria de Estado da Saúde do Paraná.

18. DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

18.1. Aos hospitais credenciados nesse processo de Chamamento Público, ficam esses cientes sobre:

a) As avaliações acontecerão a cada 6 (seis) meses para todos os hospitais, ou seja, nos meses de junho e dezembro, independente da data de adesão ao Programa, devendo ser avaliado se os hospitais integrantes da Rede Materno Infantil com garantia de parto vinculado estão atendendo as gestantes dos municípios a ele vinculados. Essa avaliação deverá ser encaminhada ao Grupo Condutor da Rede Mãe Paranaense/Rede Cegonha que acompanhará e avaliará o processo em todo o Estado.

b) As Comissões Intergestores Bipartites Regionais e Estadual poderão a qualquer momento, de forma justificada, aplicar as seguintes medidas aos hospitais que não atendam as gestantes com parto vinculado:

- I) Conceder o prazo de 60 (sessenta) dias para regularização da irregularidade;
- II) Finalizado esse prazo, caso a irregularidade permaneça, suspender o repasse do incentivo;

c) Restabelecer o repasse do incentivo, quando sanada a irregularidade, não sendo passível de pagamento retroativo;

18.2. O Grupo Condutor da Rede Cegonha/Mãe Paranaense fará o monitoramento e avaliação da vinculação do parto nas regiões de saúde e, se constatada alguma irregularidade, esta será encaminhada a CIB Regional e estadual para tomada de medidas cabíveis.



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

18.3. O repasse também poderá ser suspenso em virtude de documento encaminhado pela Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual atestando/recomendando a interrupção das atividades do estabelecimento até a regularização bem como se deixar de atender a qualquer um dos critérios de adesão.

18.4. O monitoramento e avaliação do processo não impede nem substitui as atividades próprias do Sistema Nacional de Auditoria (Federal, Estadual e Municipal).

19. DA VIGÊNCIA

19.1. Conforme Lei Municipal 2366/2019 em seu art. 3º O chamamento público para credenciamento estará aberto pelo período de 12 (doze) meses, contados da assinatura, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, caso haja interesse da administração.

19.2. O prazo de execução e vigência do contrato será contado da competência/mês de assinatura do contrato, até o dia 2 de maio de 2023, para fins de registro junto ao Ministério da Saúde.

20. DAS ALTERAÇÕES

20.1. O contrato oriundo deste credenciamento poderá ser alterado mediante a celebração de Termo Aditivo ou Apostilamento, especificamente nos casos previstos em Lei, exceto no seu objeto.

20.2. Por se tratar de remuneração por serviços produzidos, havendo futuras alterações em decorrências de expansão de serviços, seja por aumento quantitativo da oferta de serviços, credenciamento/habilitações, pactuações/repactuações entre gestores do SUS, não haverá necessidade de celebração de Termo Aditivo, deverá ser alterado a Programação Física Financeira do Contratado.

20.3. No caso de descredenciamento/desabilitação de serviços prestados pelo CONTRATADO, a programação físico-financeira deverá ser revisada pelas partes, mediante elaboração de Termo Aditivo, deduzindo-se, se necessário, o valor correspondente à área de assistência desabilitada/descredenciada.

20.4. Mediante celebração de Termo Aditivo, a classificação de risco pode ser alterada de risco intermediário para risco habitual e de risco habitual para risco intermediário, de acordo com Deliberação na Comissão Intergestores Bipartite Regional e Estadual e apresentação da complementação da documentação, se for necessário.

20.5. Os valores da Estratégia e Qualificação do Parto estão descritos nas Resoluções SESA nº 377/2012, alterada pela Resolução SESA nº 212/2016, podendo ainda ser alterados mediante publicação de novas Resoluções, o que por conseguinte, permite que o Contrato seja alterado mediante celebração de Termo de Registro de Apostilamento.



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

21. DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1. As despesas com a execução deste edital correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:

DOTAÇÃO		
Conta da despesa	Funcional programática	Destinação de recurso
03960	08.001.10.302.0007.2045	00496

21.2. FONTES RECURSOS:

a) SESA – Secretaria Estadual de Saúde via Fundo Municipal de Saúde, fonte 496;

22. DO PAGAMENTO

22.1. O pagamento da Estratégia de Qualificação do Parto será um adicional aos procedimentos relacionados abaixo apresentados e aprovados no Sistema de Informação Hospitalar SIH/SUS através da Autorização de Internação Hospitalar - AIH.

- a) Procedimento 03.10.01.003-9 - Parto Normal;
- b) Procedimento 04.11.01.003-4 - Parto Cesariano;
- c) Procedimento 04.11.01.004-2 - Parto Cesariano com laqueadura tubária.

22.2. O pagamento será efetuado através do Departamento Financeiro da PREFEITURA MUNICIPAL em até 30 (trinta) dias após o recebimento e aceitação da nota fiscal pelo Departamento de Compras.

(Entende-se por aceitação da nota fiscal, a entrega dos anexos devidamente preenchidos atendendo o cumprimento da instrução normativa Municipal – IN 01/2018, deverá ainda, vir atestada pelo gestor e fiscal do Contrato).

22.3. A empresa vencedora da licitação deverá possuir conta bancária, preferencialmente, junto aos Bancos Oficiais - Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal. Caso contrário, se a empresa possuir somente contas em instituições diferentes das supra citadas, deverá arcar com as custas referentes as transferências bancárias/TED/DOC/PIX. O custo atual é variável, sendo o valor máximo de R\$ 11,00 (onze reais) por operação;

22.4. Deverá constar na nota fiscal:

Número do Chamamento Público.

Número da Inexigibilidade.

Número do Contrato.

Número do Aditivo, se houver.

Recebimento atestada pelo Gestor Municipal de Saúde.

Especificar (local, ou emitir relatório de serviços realizados).

Anexos para todas as notas (Todas as negativas fiscais mais CNDT).

22.5. A data para entrega de Notas Fiscais será até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês, após esta data, deverão ser encaminhadas a partir do primeiro dia do mês subsequente.



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

23. RECURSOS

23.1. Aos credenciados é assegurado o direito de interposição de Recurso, nos termos do art. 109 da Lei 8.666/93, o qual será recebido e processado nos termos ali estabelecidos.

24. DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

24.1. Estando a empresa apta a contratação, o processo será encaminhado ao(a) advogado(a) do município, que verificará a regularidade do procedimento, visando a realização do processo de inexigibilidade de licitação, tomando-se por base o “caput” do artigo 25 da Lei de Licitações.

25. DA RESCISÃO

25.1. O contrato oriundo deste credenciamento poderá ser rescindido:

I. Pela SESA/FUNSAÚDE, quando houver descumprimento de suas cláusulas e condições, ou seu cumprimento irregular, ou ainda, a paralisação dos serviços sem justa causa ou prévia comunicação a Administração;

II. Por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a administração;

III. Em caso de expressa manifestação de qualquer das partes, através de denúncia espontânea a qual deverá ser obrigatoriamente formalizada com período mínimo de antecedência de 60 (sessenta) dias, sem prejuízo das obrigações assumidas até a data da extinção;

IV. Pelo contratante nas hipóteses previstas nos art. 128 a 131 da Lei Estadual nº 15.608/2007;

V. Caso o Hospital deixe de estar sob a Gestão Estadual.

VI. A contratada reconhece os direitos da contratante à rescisão administrativa no caso de inexecução total ou parcial do contrato, nos termos do art. 99, inciso X, bem como ocorrerá automaticamente a nulidade do credenciamento dado por meio do Edital de Chamamento Público nº 004/2022, conforme art. 99, inciso XII, da Lei Estadual 15.608/2007.

26. DAS PENALIDADES

26.1. Os contratantes decidem aplicar ao contrato oriundo deste credenciamento o disposto na Lei Estadual nº 15.608 de 16.08.2007, e subsidiariamente o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as penalidades segundo Resolução SESA nº 0462/2005, Artigos 7º e 8º, especialmente:

I. Advertência escrita – quando houver distorções ou faltas leves, que não decorram de dolo ou naqueles que não impliquem em prejuízo ao usuário, nem em ato lesivo ao SUS, caracterizando negligência administrativa.



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

II. Advertência escrita com prazo para correção – impostas em razão de excessos ou omissões que configurem distorções médias ou graves, que possam ser corrigidas e adequadas no prazo de 30 a 60 dias.

III. Penalidades pecuniárias – art. 7º da Resolução SESA nº 0462/2005, § 1º a multa – dia corresponde a 1/60 do último faturamento mensal e liquidado, podendo ser imposta até o máximo de 20 (vinte) dias multa, será aplicada quando verificada distorções médias ou graves.

IV. Suspensão temporária da prestação de serviços – será aplicada nas ações que resultem danos financeiros ao SUS, ou que infrinjam as normas legais do SUS.

V. Rescisão do contrato - será determinada em situações graves, de alta relevância ou em razão do interesse público.

26.2. Denúncias relacionadas ao atendimento e cobranças indevidas, desvinculação de honorários para Terceiros, sejam de pessoas físicas ou jurídicas, bem como o não cumprimento do contrato oriundo deste credenciamento, estarão sujeitas as penalidades previstas na legislação: advertência escrita, advertência escrita com prazo para correção, penalidades pecuniárias com os respectivos valores, ordem de ressarcimento, suspensão temporária da prestação de serviços e rescisão de contrato.

26.3. Caso o hospital deixe de cumprir as exigências relacionadas nas respectivas Portarias Ministeriais referentes às habilitações de alta complexidade, das quais destaca-se a oferta de consultas e exames ao complexo regulador do SUS e o atendimento integral, estará sujeito à aplicação das penalidades previstas, podendo ser desabilitado com consequente alteração da programação física e financeira.

26.4. No caso de cumulação de sanções, observar-se-á o disposto no art. 150, parágrafo único, da Lei Estadual nº 15.608/2007.

27. CONDUTA DE PREVENÇÃO DE FRAUDE E CORRUPÇÃO

27.1. Por se tratar de Incentivo de Custeio referente à Estratégia e Qualificação do Parto – Rede Mãe Paranaense do Programa HOSPSUS, elegível ao Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, financiável parcialmente ou totalmente com recursos oriundos de organismo financeiro multilateral, deverá:

I. Atender a Resolução SESA nº 207/2016, ao adotar práticas anticorrupção, devendo observar que: O Banco Mundial exige que o Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Saúde SESA, Mutuários de Empréstimo (incluindo beneficiários do empréstimo do Banco), licitantes, fornecedores, empreiteiros e seus agentes (sejam eles declarados ou não), subcontratados, subconsultores, prestadores de serviço e fornecedores, além de todo funcionário a eles vinculado, que mantenham os mais elevados padrões de ética durante a aquisição e execução de contratos financiados pelo Banco.

II. Em consequência desta política, o Banco:



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

a) define, para os fins desta disposição, os termos indicados a seguir:

- (i) “prática corrupta”: significa oferecer, entregar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor com a intenção de influenciar de modo indevido a ação de terceiros;
- (ii) “prática fraudulenta”: significa qualquer ato, falsificação ou omissão de fatos que, de forma intencional ou irresponsável induza ou tente induzir uma parte a erro, com o objetivo de obter benefício financeiro ou de qualquer outra ordem, ou com a intenção de evitar o cumprimento de uma obrigação;
- (iii) “prática colusiva”: significa uma combinação entre duas ou mais partes visando alcançar um objetivo indevido, inclusive influenciar indevidamente as ações de outra parte;
- (iv) “prática coercitiva”: significa prejudicar ou causar dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte interessada ou à sua propriedade, para influenciar indevidamente as ações de uma parte;
- (v) “prática obstrutiva”: significa:
 - (aa) deliberadamente destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em investigações ou fazer declarações falsas a investigadores, com o objetivo de impedir materialmente uma investigação do Banco de alegações de prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva; e/ou ameaçar, perseguir ou intimidar qualquer parte interessada, para impedi-la de mostrar seu conhecimento sobre assuntos relevantes à investigação ou ao seu prosseguimento, ou
 - (bb) atos que tenham como objetivo impedir materialmente o exercício dos direitos do Banco de promover inspeção ou auditoria, estabelecidos no parágrafo (e) abaixo:

(b) rejeitará uma proposta de outorga se determinar que o licitante recomendado para a outorga do contrato, ou qualquer do seu pessoal, ou seus agentes, subconsultores, subempreiteiros, prestadores de serviço, fornecedores e/ou funcionários, envolveu-se, direta ou indiretamente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao concorrer para o contrato em questão;

(c) declarará viciado o processo de aquisição e cancelará a parcela do empréstimo alocada a um contrato se, a qualquer momento, determinar que representantes do Mutuário ou de um beneficiário de qualquer parte dos recursos empréstimo envolveram-se em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante o processo de aquisição ou de implementação do contrato em questão, sem que o Mutuário tenha adotado medidas oportunas e adequadas, satisfatórias ao Banco, para combater essas práticas quando de sua ocorrência, inclusive por falhar em informar tempestivamente o Banco no momento em que tomou conhecimento dessas práticas;

(d) sancionará uma empresa ou uma pessoa física, a qualquer tempo, de acordo com os procedimentos de sanção cabíveis do Banco¹³, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado:

- (i) para a outorga de contratos financiados pelo Banco; e
- (ii) para ser designado¹⁴ subempreiteiro, consultor, fornecedor ou prestador de serviço de uma empresa elegível que esteja recebendo a outorga de um contrato financiado pelo Banco;



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

(e) Os licitantes, fornecedores e empreiteiros, assim como seus subempreiteiros, agentes, pessoal, consultores, prestadores de serviço e fornecedores, deverão permitir que o Banco inspecione todas as contas e registros, além de outros documentos referentes à apresentação das propostas e à execução do contrato, e os submeta a auditoria por profissionais designados pelo Banco.

28. CASOS OMISSOS

28.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei n.º 8.666/93 e dos princípios gerais de direito.

28.2. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste chamamento, que não puderem ser resolvidas de comum acordo pelas partes, serão encaminhadas à Comissão de Acompanhamento e Avaliação do contrato, principalmente aos referentes do Documento Descritivo, cabendo recurso ao Conselho Municipal de Saúde.

29. DO CONTRATO

29.1. A(s) quantidade(s) poderá(ao) ser alterada(s) com a devida justificativa dentro dos limites e nas hipóteses previstas no artigo 65 da Lei 8.666/93.

29.2. O contrato a ser assinado obedecerá às cláusulas e condições do Edital, da minuta do contrato e demais anexos.

29.3. O CREDENCIADO deverá firmar o Contrato no prazo de até 3 (três) dias, contados da data da convocação.

29.4. Na hipótese do credenciado se recusar a assinar o Contrato, a Comissão de Licitação fará o descredenciamento e a Secretaria Municipal de Saúde repassará a(s) cota(s) dos serviços, que foi destinada ao referido contrato, para os demais credenciados.

29.5. O presente Edital, Especificações Técnicas e a Proposta da Licitante integrarão o Contrato independentemente de transcrição.

30. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

30.1. Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes da interpretação do Edital, deverão ser solicitadas ao Município de Dois Vizinhos, no Departamento de Licitações, aos cuidados do(a) Presidente da Comissão de Licitações.

30.2. A participação no presente processo de credenciamento implica na aceitação integral e irretratável de todas as condições exigidas neste edital e nos documentos que dele fazem parte, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor.

30.3. Poderá o Município revogar o presente Edital de Credenciamento, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

30.4. O Município deverá anular o presente Edital de Credenciamento, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.

30.5. A anulação do procedimento de Credenciamento, não gera direito à indenização, ressalvada o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei 8.666/93.

30.6. Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Secretaria Municipal de Saúde.

30.7. Decairá do direito de impugnar este Edital ou parte dele o interessado que não o fizer até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para o início a abertura dos envelopes de habilitação.

30.8. A publicação do resultado do credenciamento será no Diário Oficial do Município.

30.9. Fazem parte integrante deste Edital:

Anexo I – Avaliação dos hospitais de risco habitual e intermediário da rede materno infantil;

Anexo II – Modelo de Proposta Comercial;

Anexo III – Minuta do contrato de prestação de serviços;

Anexo IV – Declaração Unificada;

Anexo V – Indicadores Estratégicos Hospitalares – Rede Materno Infantil;

Anexo VI – Carta de Credenciamento.

31. DO FORO

31.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Dois Vizinhos, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste instrumento.

31.2. Todas e quaisquer alterações referentes a este edital estarão à disposição dos interessados no endereço eletrônico: www.doisvizinhos.pr.gov.br.

31.3. O(a) Presidente da Comissão, mediante juízo de razoabilidade poderá interpretar as cláusulas constantes no presente edital de forma abrangente, objetivando escolher a proposta mais vantajosa à Administração, respeitando o Princípio da Competitividade, bem como o Princípio da Supremacia do Interesse Público sobre o particular.

Dois Vizinhos, 2 de maio de 2022.

Luis Carlos Turatto
Prefeito

Bianca Cristina Schreiber
Presidente



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

ANEXO I
AVALIAÇÃO DOS HOSPITAIS DE RISCO HABITUAL E INTERMEDIÁRIO DA REDE
MATERNO INFANTIL

MATRIZES DE AFERIÇÃO

Maternidade:

Dias da(s) visita(s):

Nomes dos participantes:

1. DIRETRIZ: Direito ao acompanhante da mulher e do recém-nascido

CONCEITO:

No Brasil, o direito à presença de acompanhante no parto é uma conquista, regulamentada pela Lei n.º 11.108, sancionada em 7 de abril de 2005, razão pela qual cabe às Maternidades garantir esse direito, procedendo-se às adequações necessárias no espaço físico e na abordagem da equipe no sentido de acolher e potencializar a presença do acompanhante. Tendo como objetivo a garantia do direito ao acompanhante de livre escolha da mulher durante todos os momentos da sua internação para o parto.

Já o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/1990), em seu art. 12, garante à criança internada o direito de contar com um dos pais ou responsável como acompanhante. Para isso, devem ser observadas as adequações de espaço físico e mecanismos de interação das equipes com o acompanhante, destacando-se: infra-estrutura que garanta privacidade, poltronas reclinadas, acesso a banho e refeições; definição de momentos diários e sistemáticos de conversa com o acompanhante, ajudando-o a se integrar à cena do parto e incentivando-o a dar apoio físico e emocional à mulher.

Para o recém-nascido internado em Unidade Neonatal, a Portaria nº 930, de 10 de maio de 2012, que define as diretrizes e objetivos para a organização da atenção integral e humanizada ao recém-nascido grave ou potencialmente grave no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), em seu art. 11 garante o livre acesso a mãe e ao pai, e permanência de um dos dois durante sua internação.

Item de verificação	Análise documental in locu		Informação da usuária		Observações	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
1. A Maternidade/Hospital tem plano de ação para implementação do acompanhante na internação?						
2. Maternidade/Hospital oferece algum material informativo às usuárias?						



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

Informando sobre o direito de acompanhante (ex.: cartaz, cartilhas)						
3. A Maternidade/Hospital garante direito de acompanhante de livre escolha (homem ou mulher) e em tempo integral no pré-parto, parto e pós-parto.						
4. Garante o direito de acompanhante ao recém-nascido de risco em período integral?						
5. Oferece poltronas reclinável ao acompanhante?						
6. Oferece acesso ao banho e refeições ao acompanhante?						

Observações:

2. DIRETRIZ: Acolhimento e classificação de risco na Maternidade

CONCEITO:

Trata-se da postura assumida pelo serviço/equipes na abordagem dos sujeitos, desencadeando mudanças na lógica do atendimento. Aqui refere-se especificamente a mudanças que tomem como critério de priorização da atenção o agravo à saúde e/ou grau de sofrimento e não mais a (simples) ordem de chegada. Em termos de procedimento, é realizado por profissional da equipe de saúde, que acolhe as necessidades das gestantes e, a partir da utilização de protocolos técnicos, identifica os riscos e vulnerabilidades, providenciando o atendimento e respostas adequadas a cada caso.

Item de verificação	Análise documental in locu		Informação da usuária		Observações	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
1. A maternidade/Hospital possui Classificação de Risco?						
2. Foram elaborados ou validados pelas equipes os protocolos específicos para obstetrícia ou documento						



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

orientador sobre acolhimento na atenção obstétrica?						
3. Foram realizadas capacitações dos profissionais para a utilização dos protocolos ou documento orientador de ACR?						
4. A Maternidade/Hospital realiza a Classificação de Risco, utilizando os protocolos/documento orientador, e durante todos os turnos de funcionamento?						
5. As gestantes são devidamente/oportunamente encaminhadas de acordo com sua classificação de risco?						

Observações:**3. DIRETRIZ: Contato pele a pele****CONCEITO:**

Entende-se por pele a pele efetivo o contato imediato que envolve a colocação do Recém-nascido – RN nu sobre o peito nu da mãe cobrindo-o para mantê-lo seco e aquecido, adiando, neste período, a realização de procedimentos como: medidas antropométricas, profilaxia de oftalmia neonatal e Kanakion (Vitamina K) em sala de parto preservando o período sensível, a primeira hora de vida, evitando a perda de calor, favorecendo o vínculo e estimulando a amamentação.

Obs.: Não se confundir a diretriz de “pele a pele” com a prática de enrolar o bebê e pôr no colo/peito para mamar.

Item de verificação	Análise documental in locu		Informação da usuária		Observações	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
1. Foi elaborado um plano de ação para implantação do contato pele a pele?			NA	NA		
2. Foram elaborados ou validados pelas equipes os protocolos específicos para o			NA	NA		



Município de

Dois Vizinhos**Estado do Paraná**

contato pele a pele na Maternidade?						
3. Foram realizadas capacitações dos profissionais para a utilização dos protocolos de contato pele a pele?			NA	NA		
4. A Maternidade/Hospital oferece material informativo às usuárias? (ex.: cartaz, cartilhas, etc)			NA	NA		
5. A gestante é informada, pela equipe no período do pré-parto, dos benefícios do contato pele a pele e da possibilidade de ser realizado com seu filho(a) imediatamente após o parto?			NA	NA		
6. O contato pele a pele é uma boa prática usualmente realizada na Maternidade?			NA	NA		
7. Após o parto o seu bebê foi colocado, sem roupa, imediatamente sobre seu colo?			NA	NA		

OBSERVAÇÕES:

4. O hospital atende a tipologia (risco habitual e intermediário) descrita na Linha Guia da Rede Materno Infantil?

Hospital de Risco Habitual _____ Hospital de Risco Intermediário _____

5. As gestantes vinculadas ao hospital estão estratificadas conforme Linha Guia da Rede Materno Infantil?

Sim _____ Não _____

6. O hospital está realizando a Triagem Neonatal (Teste do Pezinho, Orelhinha, Olhinho e do Coraçãozinho).

Sim _____ Não _____

7. Hospital está realizando a Estratificando de Risco do Recém-Nascido, conforme Linha Guia da Rede Materno Infantil e encaminha para seguimento de acordo com risco identificado? (Atenção Primária e/ou Centro Materno Infantil).

Sim _____ Não _____

OBSERVAÇÕES:



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Objeto: CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PRESTADOR(ES) DE SERVIÇO HOSPITALAR DE RETAGUARDA CLÍNICA PARA A REDE MATERNO INFANTIL – ESTRATÉGIA DE QUALIFICAÇÃO DO PARTO – EQP, AOS USUÁRIOS DO SUS.

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE:

CPF:

RG:

ENDEREÇO:

TELEFONE e E-MAIL:

DADOS BANCÁRIOS: Banco - Agência - C/C:

Informamos que o Hospital está habilitado para os seguintes procedimentos: (deixar apenas os procedimentos que estão habilitados)

- Procedimento 03.10.01.003-9 - Parto Normal;
- Procedimento 04.11.01.003-4 - Parto Cesariano;
- Procedimento 04.11.01.004-2 - Parto Cesariano com laqueadura tubária.

Informamos que o hospital possui capacidade de efetuar a quantidade de procedimentos disposto na tabela abaixo: (informar a quantidade por mês e por ano observando o limite e preço máximo estipulado no edital em seu item 4. DO VALOR)

Tipo	Qtde ofertada por mês	Qtde ofertada por Ano	Valor Unitário	Valor total mês	Valor total Ano
Risco habitual			R\$ 200,00		
Risco intermediário			R\$ 320,00		
Total					

Valor Global da Proposta R\$ _____, (_____) valor por extenso.

Apresentamos nossa proposta conforme o item e valor, estabelecidos neste Edital.

Validade da Proposta 60 (sessenta) dias;

Nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto;



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

Prazo de Vigência do Contrato: O Prazo de Vigência do Contrato inicia-se na data de sua assinatura e termina no dia 2 de maio de 2023;

A entidade vencedora da licitação deverá possuir conta bancária, preferencialmente, junto aos Bancos Oficiais - Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal. Caso contrário, se a empresa possuir somente contas em instituições diferentes das supra citadas, deverá arcar com as custas referentes as transferências bancárias/TED/DOC/PIX. O custo atual é variável, sendo o valor máximo de R\$ 11,00 (onze reais) por operação.

Dois Vizinhos, _____ de _____ de 2022.

Assinatura do Responsável CPF:



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

ANEXO III
 MINUTA DE CONTRATO Nº. ____/2022

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS E A ENTIDADE.....

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE PRESTADOR(ES) DE SERVIÇO HOSPITALAR DE RETAGUARDA CLÍNICA PARA A REDE MATERNO INFANTIL – ESTRATÉGIA DE QUALIFICAÇÃO DO PARTO – EQP, AOS USUÁRIOS DO SUS.**

Parágrafo Primeiro

Conforme disposto na Resolução SESA 377/2012 - A Estratégia de Qualificação do Parto é destinada aos hospitais públicos, filantrópicos e privados que vincularem o parto de gestantes do Sistema Único de Saúde e que atendam os critérios estabelecidos na tipologia dos hospitais da Rede Materno Infantil classificando-se em risco intermediário ou risco habitual, conforme descrição abaixo:

I - Hospital de Risco Habitual

- a) dispor de médico e enfermeiro 24 horas;
- b) realizar, no mínimo, 120 partos/ano ou 50% dos partos dos nascidos vivos do próprio município;
- c) possuir alojamento conjunto;
- d) possuir comissão interna de prevenção da mortalidade materna e infantil;
- e) apresentar condições para a garantia de acompanhante no pré-parto, parto e pós-parto.

II - Hospital de Risco Intermediário

- a) dispor de médico obstetra, pediatra, anestesista e enfermeiro 24 horas;
- b) realizar, no mínimo, 250 partos; este número poderá ser menor desde que atenda a necessidade de partos na região e por análise e deliberação da Comissão de Credenciamento e Habilitação da Estratégia de Qualificação do Parto;
- c) possuir Unidade de Cuidados Intermediários Neonatal ou implantar essa UCIN no período máximo de um ano a partir da assinatura do contrato;
- d) possuir alojamento conjunto;
- e) possuir comissão interna de prevenção da mortalidade materna e infantil;
- f) apresentar condições para a garantia de acompanhante no pré-parto, parto e pós-parto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Ao hospital contratado, fica esse ciente sobre:

- a) As avaliações acontecerão a cada 6 (seis) meses para todos os hospitais, ou seja, nos meses de junho e dezembro, independente da data de adesão ao Programa, devendo ser avaliado se os hospitais integrantes da Rede Mãe Paranaense com garantia de parto vinculado estão atendendo as gestantes dos municípios a ele vinculados. Essa



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

avaliação deverá ser encaminhada ao Grupo Condutor da Rede Mãe Paranaense/Rede Cegonha que acompanhará e avaliará o processo em todo o Estado.

b) As Comissões Intergestores Bipartites Regionais e Estadual poderão a qualquer momento, de forma justificada, aplicar as seguintes medidas aos hospitais que não atendam as gestantes com parto vinculado:

- I) Conceder o prazo de 60 (sessenta) dias para regularização da irregularidade;
- II) Finalizado esse prazo, caso a irregularidade permaneça, suspender o repasse do incentivo;

c) Restabelecer o repasse do incentivo, quando sanada a irregularidade, não sendo passível de pagamento retroativo;

Parágrafo Primeiro

O Grupo Condutor da Rede Cegonha/Mãe Paranaense fará o monitoramento e avaliação da vinculação do parto nas regiões de saúde e, se constatada alguma irregularidade, esta será encaminhada a CIB Regional e estadual para tomada de medidas cabíveis.

Parágrafo Segundo

O repasse também poderá ser suspenso em virtude de documento encaminhado pela Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual atestando/recomendando a interrupção das atividades do estabelecimento até a regularização bem como se deixar de atender a qualquer um dos critérios de adesão.

Parágrafo Terceiro

O monitoramento e avaliação do processo não impede nem substitui as atividades próprias do Sistema Nacional de Auditoria (Federal, Estadual e Municipal).

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

A CONTRATADA compromete-se a:

Parágrafo Primeiro

Cumprir todas as condições especificadas no contrato;

Parágrafo Segundo

Não transferir ou subcontratar a execução dos serviços contratados, salvo em caso de emergência ou em situação excepcional, previamente autorizada pela contratante;

Parágrafo Terceiro

Justificar a contratante eventuais motivos de força maior que impeçam a realização dos serviços, objeto do contrato;

Parágrafo Quarto

Executar os serviços contratados de acordo com as condições estabelecidas no Edital de Chamamento, que integra este contrato para todos os fins;



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

Parágrafo Quinto

Observar o estrito atendimento dos valores e os compromissos morais que devem nortear as ações do contratado e a conduta de seus funcionários no exercício das atividades previstas no contrato;

Parágrafo Sexto

Manter, durante o período de vigência do credenciamento e do contrato de prestação de serviço, todas as condições que ensejaram o Credenciamento/Contrato, em especial no que tange à regularidade fiscal e capacidade técnico-operacional;

Parágrafo Sétimo

Realizar atendimento gratuito não realizando qualquer cobrança a usuários do SUS;

Parágrafo Oitavo

Fornecer à Comissão Intergestores Bipartite Regional e ao Grupo Conductor da Rede Mãe Paranaenses/Rede Cegonha/Materno Infantil os documentos e informações necessárias ao cumprimento de suas finalidades;

Parágrafo Nono

Manter atualizado o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

Parágrafo Décimo

Alimentar o Sistema de Informação Hospitalar (SIH), ou outro sistema de informações que venha a substituí-lo no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Parágrafo Décimo Primeiro

É vedada a cobrança de complementação, a qualquer título, em relação a procedimentos previstos no contrato nas internações dos usuários do SUS;

Parágrafo Décimo Segundo

Fornecer gratuitamente todos os medicamentos que necessitem ser utilizados em ambiente hospitalar;

Parágrafo Décimo Terceiro

Manter sempre atualizado, completo com letra legível os prontuários dos pacientes;

Parágrafo Décimo Quarto

Manter as informações e dados do órgão ou entidade contratante em caráter de absoluta confidencialidade e sigilo, ficando expressamente proibida a sua divulgação para terceiros, por qualquer meio, obrigando-se, ainda, a efetuar a entrega para a contratante de todos os documentos envolvidos, em ato simultâneo à entrega do relatório final ou do trabalho contratado. O descumprimento da obrigação prevista neste inciso sujeitará o credenciado à sanção prevista no inciso IV do Art. 150 da Lei Estadual nº 15.608/07;

Parágrafo Décimo Quinto

Garantir o acesso da gestante aos serviços de saúde, atendendo os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo sempre a qualidade na prestação de serviços;



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

Parágrafo Décimo Sexto

Responsabilizar-se integralmente pelos funcionários com os quais estabeleceu vínculo empregatício, procedendo os descontos e recolhimentos previstos em lei, inclusive os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a CONTRATANTE;

Parágrafo Décimo Sétimo

Responsabilizar-se pela indenização de dano causado ao paciente, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados, ficando assegurado o direito de regresso;

Parágrafo Décimo Oitavo

Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração, aos pacientes, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado, conforme art. 69 e 70 da Lei 8.666/93, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

Parágrafo Décimo Nono

Em caso de falta de leito de enfermaria, em situações de urgência e emergência, o hospital deverá providenciar acomodação adequada ao paciente, até que haja disponibilidade de leito;

Parágrafo Vigésimo

Manter atendimento ininterrupto às gestantes atuando como referência no atendimento às gestantes de risco habitual e ou de risco intermediário dentro do Programa Mãe Paranaense, conforme pactuação com o gestor estadual;

Parágrafo Vigésimo Primeiro

Atender gestante em situação de urgência e/ou emergência de acordo com a complexidade do hospital, independente da vinculação desta;

Parágrafo Vigésimo Segundo

Garantir a participação de representantes do hospital nos cursos de capacitação voltados para a Rede Cegonha/Mãe Paranaense;

Parágrafo Vigésimo Terceiro

Implantar protocolos clínicos de perinatologia;

Parágrafo Vigésimo Quarto

Afixar em locais visíveis de acesso ao público, a identificação visual da Rede Mãe Paranaense, conforme padronizado pela Secretaria de Estado da Saúde do Paraná.

CLAUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

A CONTRATANTE compromete-se a:



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

Parágrafo Primeiro

Realizar o repasse de recursos;

Parágrafo Segundo

Acompanhar, supervisionar, fiscalizar, auditar, monitorar e avaliar o desempenho do contrato;

Parágrafo Terceiro

Estabelecer mecanismos de controle da oferta e demanda de ações e serviços de saúde;

Parágrafo Quarto

Estabelecer mecanismos eficazes de regulação de acesso;

Parágrafo Quinto

Integrar e vincular os diversos pontos de atenção voltados para o atendimento materno infantil através da Rede Cegonha/Mãe Paranaense;

Parágrafo Sexto

Realizar reuniões técnicas em conjunto com a Contratada para acompanhamento dos trabalhos;

Parágrafo Sétimo

Comunicar à contratada qualquer irregularidade constatada na execução do objeto deste contrato;

Parágrafo Oitavo

Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

CLAUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

O CONTRATADO será responsável por todos os danos causados aos usuários, aos órgãos do Sistema Único de Saúde e a terceiros quando da execução dos serviços objeto deste contrato, que decorram de ação ou omissão, negligência ou imprudência, praticados por seus empregados, profissionais autônomos ou prepostos, ficando-lhe assegurado o direito de regresso.

CLAUSULA SEXTA – DO VALOR E DO PAGAMENTO

Levando em consideração o contido na proposta apresentada pela proponente na qual consta a capacidade ofertada pela entidade e com base na quantidade estimada de partos a serem realizados definido no Edital de Chamamento 004/2022, a proponente poderá receber o valor total de R\$ xxx, conforme disposto na tabela abaixo:

Tipo	Qtde contratada mês	Qtde contratada Ano	Valor Unitário	Valor total mês	Valor total Ano
Risco habitual			R\$ 200,00		
Risco intermediário			R\$ 320,00		



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

Total					
-------	--	--	--	--	--

Parágrafo Primeiro

A Estratégia de Qualificação ao Parto terá valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por parto, para os hospitais que forem habilitados como Risco Habitual (Parto Normal e Parto Cesariano), e R\$ 320,00 (trezentos e vinte reais) por parto, para os hospitais que forem habilitados como Risco Intermediário (Parto Cesariano com laqueadura tubária).

Parágrafo Segundo

O pagamento fica condicionado a transferência de recursos do Tesouro Estadual.

Parágrafo Terceiro

Em caso de não haver produção mensal aprovada não será pago nenhum valor adicional.

Parágrafo Quarto

Não haverá pagamento retroativo, em qualquer hipótese, fora do período contratado, ou do período em que o contratado esteja cumprindo suspensão por não prestar os serviços em conformidade com o Edital de Chamamento Público e seu respectivo contrato.

Parágrafo Quinto

O pagamento da Estratégia de Qualificação do Parto será um adicional aos procedimentos relacionados abaixo apresentados e aprovados no Sistema de Informação Hospitalar SIH/SUS através da Autorização de Internação Hospitalar - AIH.

- a) Procedimento 03.10.01.003-9 - Parto Normal;
- b) Procedimento 04.11.01.003-4 - Parto Cesariano;
- c) Procedimento 04.11.01.004-2 - Parto Cesariano com laqueadura tubária.

Parágrafo Sexto

O pagamento será efetuado através do Departamento Financeiro da PREFEITURA MUNICIPAL em até 30 (trinta) dias após o recebimento e aceitação da nota fiscal pelo Departamento de Compras.

(Entende-se por aceitação da nota fiscal, a entrega dos anexos devidamente preenchidos atendendo o cumprimento da instrução normativa Municipal – IN 01/2018, deverá ainda, vir atestada pelo gestor e fiscal do Contrato).

Parágrafo Sétimo

Os recursos do presente contrato são provenientes do Fundo Municipal de Saúde de Dois Vizinhos, na dotação orçamentária e às dotações correspondentes aos exercícios subsequentes.

DOTAÇÃO		
Conta da despesa	Funcional programática	Destinação de recurso
03960	08.001.10.302.0007.2045	00496

Parágrafo Oitavo

FONTES RECURSOS:



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

a) SESA – Secretaria Estadual de Saúde via Fundo Municipal de Saúde, fonte 496;

Parágrafo Nono

A empresa vencedora da licitação deverá possuir conta bancária, preferencialmente, junto aos Bancos Oficiais - Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal. Caso contrário, se a empresa possuir somente contas em instituições diferentes das supra citadas, deverá arcar com as custas referentes as transferências bancárias/TED/DOC/PIX. O custo atual é variável, sendo o valor máximo de R\$ 11,00 (onze reais) por operação;

Parágrafo Décimo

Deverá constar na nota fiscal:

Número do Chamamento Público.

Número da Inexigibilidade.

Número do Contrato. Número do Aditivo, se houver.

Recebimento atestada pelo Gestor Municipal de Saúde.

Especificar (local, ou emitir relatório de serviços realizados).

Anexos para todas as notas (Todas as negativas fiscais mais CNDT).

Parágrafo Décimo Primeiro

A data para entrega de Notas Fiscais será até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês, após esta data, deverão ser encaminhadas a partir do primeiro dia do mês subsequente.

CLAUSULA SÉTIMA – DOS CRITÉRIOS

Os Hospitais credenciados, participantes da Estratégia de Qualificação do Parto, deverão observar os critérios relacionados abaixo e após classificados como Hospital de Risco Habitual ou Hospital de Risco Intermediário, para atendimento da gestante com vinculação do parto:

- a) Hospital de Risco Habitual
- Receber todas as gestantes vinculadas pela Atenção Primária para atender as intercorrências durante a gestação e a realização do parto;
 - Dispor de no mínimo 50 leitos totais cadastrados no CNES;
 - Dispor de médico e enfermeira 24 horas do dia com nome e carga horária cadastrados no CNES;
 - Realizar no mínimo 120 partos/ano, este número poderá ser menor desde que atenda a necessidade de parto da região, mediante aprovação análise e de deliberação da CIB Regional, considerando como fator de análise dos últimos quatro anos quanto à taxa de mortalidade materno, mortalidade infantil, número de nascidos vivos, quantitativo de partos realizados, número de gestantes atendidas, condições físicas, técnica (equipe atuante), condições sanitárias;
 - Manter escala de trabalho do serviço atualizado mensalmente e enviar a Regional de Saúde até o 5º dia útil do mês corrente, organizada no sentido de garantir a presença dos profissionais nas 24 horas do dia;
 - Apresentar um quantitativo de ao menos 120 partos/ano, tendo como base de dado SINASC;
 - Adotar as boas práticas de atenção ao parto e nascimento, segundo as recomendações publicas pelo Ministério da Saúde e as recomendações emitidas pela SESA/PR;
 - Garantir acompanhante no pré-parto, parto e pós-parto;



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

- Possuir plano de ação para qualificação de atenção à gestante, tendo como objetivo a redução da taxa de cesárea para percentuais abaixo de 38% do total de partos ocorridos no estabelecimento;
- Apresentar em prontuário acompanhamento por partograma em 100% das gestantes;
- Apoiar e promover o aleitamento materno, com adoção dos “Dez Passos para o Sucesso do Aleitamento Materno” do Ministério da Saúde;
- Desenvolver atividades de educação permanente para as equipes multiprofissionais;
- Fornecer ações, orientações de planejamento reprodutivo pós-parto e pós abortamento à puérpera no momento da alta hospitalar, assim como encaminhamento consulta de puerpério e puericultura após alta;
- Garantir o correto preenchimento das Declarações de nascimento e atestado de óbitos;
- Atender às exigências de infra estrutura, processo e procedimentos preconizados pela legislação dos órgãos de Vigilância Sanitária e do Ministério da Saúde;
- Realizar teste rápido de HIV e Sífilis em 100% das parturientes e situações de abortamentos;
- Possuir Comissão interna de prevenção mortalidade materna e infantil;
- Alimentar e atualizar todos os sistemas de informações;
- Implantar e manter as ações do protocolo do parto seguro, de acordo com o estabelecido pela Secretaria de Estado da Saúde.

b) Hospital de Risco Intermediário

- Receber todas as gestantes vinculadas pela Atenção Primária/Ambulatório e/ou Centro Mãe Paranaense para atender as intercorrências durante a gestação e a realização do parto;
- Dispor de no mínimo 100 leitos totais cadastrados no CNES;
- Dispor de médico obstetra, pediatra, anestesista e enfermeira 24 horas do dia com nome e carga horária cadastrados no CNES;
- Realizar pelo menos 250 partos/ano. Este número poderá ser menor desde que atenda a necessidade de parto da região, mediante aprovação análise e de deliberação da CIB Regional, considerando como fator de análise dos últimos quatro anos quanto à taxa de mortalidade materno, mortalidade infantil, número de nascidos vivos, quantitativo de partos realizados, número de gestantes atendidas, condições físicas, técnica (equipe atuante), condições sanitárias;
- Manter escala de trabalho do serviço atualizado mensalmente e enviar a Regional de Saúde até o 5º dia útil do mês corrente, organizada no sentido de garantir a presença dos profissionais nas 24 horas do dia;
- Apresentar um quantitativo de ao menos 250 partos/ano, tendo como base de dado SINASC;
- Adotar as boas práticas de atenção ao parto e nascimento, segundo as recomendações publicas pelo Ministério da Saúde e as recomendações emitidas pela SES/PR;
- Garantir acompanhante no pré-parto, parto e pós-parto;
- Possuir plano de ação para qualificação de atenção à gestante, tendo como objetivo a redução da taxa de cesárea para percentuais abaixo de 38 % do total de partos ocorridos no estabelecimento;
- Exceto em casos de urgências, garantir que a cesáreas não sejam realizadas antes da 39ª Semana;
- Apresentar em prontuário acompanhamento por partograma em 100% das gestantes;



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

- Apoiar e promover o aleitamento materno, com adoção dos “Dez Passos para o Sucesso do Aleitamento Materno” do Ministério da Saúde;
- Desenvolver atividades de educação permanente para as equipes multiprofissionais;
- Fornecer ações, orientações de planejamento reprodutivo pós-parto e pós abortamento à puérpera no momento da alta hospitalar, assim como encaminhamento consulta de puerpério e puericultura após alta;
- Garantir o correto preenchimento das Declarações de nascimento e atestado de óbitos; Possuir Unidade de Cuidados Intermediários Neonatal;
- Possuir alojamento conjunto;
- Possuir Comissão interna de prevenção mortalidade materna e infantil;
- Atender às exigências de infra estrutura, processo e procedimentos preconizados pela legislação dos órgãos de Vigilância Sanitária e do Ministério da Saúde;
- Realizar teste rápido de HIV e Sífilis em 100% das parturientes e situações de abortamentos;
- Garantir ao recém-nascidos em risco de exposição ao HIV a profilaxia para prevenção da transmissão vertical de acordo com protocolo vigente;
- Alimentar e atualizar todos os sistemas de informações;
- Implantar e manter as ações do protocolo do parto seguro, de acordo com o estabelecido pela Secretaria de Estado da Saúde.

CLAUSULA OITAVA – DA CONDUTA DE PREVENÇÃO DE FRAUDE E CORRUPÇÃO

Por se tratar de Incentivo de Custeio referente à Estratégia e Qualificação do Parto – Rede Mãe Paranaense do Programa HOSPSUS, elegível ao Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, financiável parcialmente ou totalmente com recursos oriundos de organismo financeiro multilateral, deverá:

I) Atender a Resolução SESA nº 207/2016, ao adotar práticas anticorrupção, devendo observar que: O Banco Mundial exige que o Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Saúde SESA, Mutuários de Empréstimo (incluindo beneficiários do empréstimo do Banco), licitantes, fornecedores, empreiteiros e seus agentes (sejam eles declarados ou não), subcontratados, subconsultores, prestadores de serviço e fornecedores, além de todo funcionário a eles vinculado, que mantenham os mais elevados padrões de ética durante a aquisição e execução de contratos financiados pelo Banco.

II) Em consequência desta política, o Banco:

a) define, para os fins desta disposição, os termos indicados a seguir:

(i) “prática corrupta”: significa oferecer, entregar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor com a intenção de influenciar de modo indevido a ação de terceiros;

(ii) “prática fraudulenta”: significa qualquer ato, falsificação ou omissão de fatos que, de forma intencional ou irresponsável induza ou tente induzir uma parte a erro, com o objetivo de obter benefício financeiro ou de qualquer outra ordem, ou com a intenção de evitar o cumprimento de uma obrigação;

(iii) “prática colusiva”: significa uma combinação entre duas ou mais partes visando alcançar um objetivo indevido, inclusive influenciar indevidamente as ações de outra parte;



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

(iv) “prática coercitiva”: significa prejudicar ou causar dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte interessada ou à sua propriedade, para influenciar indevidamente as ações de uma parte;

(v) “prática obstrutiva”: significa:

(aa) deliberadamente destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em investigações ou fazer declarações falsas a investigadores, com o objetivo de impedir materialmente uma investigação do Banco de alegações de prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva; e/ou ameaçar, perseguir ou intimidar qualquer parte interessada, para impedi-la de mostrar seu conhecimento sobre assuntos relevantes à investigação ou ao seu prosseguimento, ou (bb) atos que tenham como objetivo impedir materialmente o exercício dos direitos do Banco de promover inspeção ou auditoria, estabelecidos no parágrafo (e) abaixo:

(b) rejeitará uma proposta de outorga se determinar que o licitante recomendado para a outorga do contrato, ou qualquer do seu pessoal, ou seus agentes, subconsultores, subempreiteiros, prestadores de serviço, fornecedores e/ou funcionários, envolveu-se, direta ou indiretamente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao concorrer para o contrato em questão;

(c) declarará viciado o processo de aquisição e cancelará a parcela do empréstimo alocada a um contrato se, a qualquer momento, determinar que representantes do Mutuário ou de um beneficiário de qualquer parte dos recursos empréstimo envolveram-se em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante o processo de aquisição ou de implementação do contrato em questão, sem que o Mutuário tenha adotado medidas oportunas e adequadas, satisfatórias ao Banco, para combater essas práticas quando de sua ocorrência, inclusive por falhar em informar tempestivamente o Banco no momento em que tomou conhecimento dessas práticas;

(d) sancionará uma empresa ou uma pessoa física, a qualquer tempo, de acordo com os procedimentos de sanção cabíveis do Banco¹³, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado:

(i) para a outorga de contratos financiados pelo Banco; e

(ii) para ser designado¹⁴ subempreiteiro, consultor, fornecedor ou prestador de serviço de uma empresa elegível que esteja recebendo a outorga de um contrato financiado pelo Banco;

(e) Os licitantes, fornecedores e empreiteiros, assim como seus subempreiteiros, agentes, pessoal, consultores, prestadores de serviço e fornecedores, deverão permitir que o Banco inspecione todas as contas e registros, além de outros documentos referentes à apresentação das propostas e à execução do contrato, e os submeta a auditoria por profissionais designados pelo Banco;

CLAUSULA NONA – DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

Do gestor: Caberá ao(a) Gestor(a) Municipal de Saúde o(a) Sr(a). Claudete Meurer o gerenciamento do(s) contrato(s), assim como fiscalizar o local onde serão prestados os serviços pelo(s) credenciado(s).

Parágrafo Primeiro

Do fiscal do contrato: Caberá a fiscalização do contrato ao Sr. Rafael Rugério Dutra;



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

Parágrafo Segundo

Do suplente de fiscal: Sr. Tairone Alan Mezzomo.

Parágrafo Terceiro

O contrato contará com uma Comissão de Acompanhamento:

§ 1º. As atribuições desta Comissão será a de acompanhar a execução do presente contrato, no tocante aos seus custos, cumprimento das matrizes de aferição dos hospitais e avaliação da qualidade da atenção à saúde dos usuários;

§ 2º. A Comissão de Acompanhamento do contrato será criada pelo MUNICÍPIO, após assinatura do contrato, composta por 2 (dois) representantes da Gestão Municipal;

§ 3º. A contratada fica obrigada a fornecer à Comissão de Acompanhamento todos os documentos e informações necessárias ao cumprimento de suas finalidades;

§ 4º. A existência da comissão mencionada nesta cláusula não impede nem substitui as atividades próprias do Sistema Nacional de Auditoria (Federal, Estadual e Municipal);

§ 5º. A qualquer momento representantes da Secretaria Municipal de Saúde ou da Comissão de Acompanhamento poderão visitar as instalações da contratada para verificar condições de higiene, limpeza, rotina de atendimento e quaisquer outros fatores que influenciem no fornecimento dos serviços, para fins de avaliar se estão sendo observadas as normas e regulamentos pertinentes;

CLAUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES E REAJUSTE

O contrato oriundo deste credenciamento poderá ser alterado mediante a celebração de Termo Aditivo ou Apostilamento, especificamente nos casos previstos em Lei, exceto no seu objeto.

Parágrafo Primeiro

Por se tratar de remuneração por serviços produzidos, havendo futuras alterações em decorrências de expansão de serviços, seja por aumento quantitativo da oferta de serviços, credenciamento/habilitações, pactuações/repactuações entre gestores do SUS, não haverá necessidade de celebração de Termo Aditivo, deverá ser alterado a Programação Física Financeira do Contratado.

Parágrafo Segundo

No caso de descredenciamento/desabilitação de serviços prestados pelo CONTRATADO, a programação físico-financeira deverá ser revisada pelas partes, mediante elaboração de Termo Aditivo, deduzindo-se, se necessário, o valor correspondente à área de assistência desabilitada/descredenciada.

Parágrafo Terceiro

Mediante celebração de Termo Aditivo, a classificação de risco pode ser alterada de risco intermediário para risco habitual e de risco habitual para risco intermediário, de acordo com Deliberação na Comissão Intergestores Bipartite Regional e Estadual e apresentação da complementação da documentação, se for necessário.

Parágrafo Quarto

Os valores da Estratégia e Qualificação do Parto estão descritos nas Resoluções SESA nº 377/2012, alterada pela Resolução SESA nº 212/2016, podendo ainda ser alterados



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

mediante publicação de novas Resoluções, o que por conseguinte, permite que o Contrato seja alterado mediante celebração de Termo de Registro de Apostilamento.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

O contrato oriundo deste credenciamento poderá ser rescindido:

Parágrafo Primeiro

Pela SESA/FUNSAÚDE, quando houver descumprimento de suas cláusulas e condições, ou seu cumprimento irregular, ou ainda, a paralisação dos serviços sem justa causa ou prévia comunicação a Administração;

Parágrafo Segundo

Por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a administração;

Parágrafo Terceiro

Em caso de expressa manifestação de qualquer das partes, através de denúncia espontânea a qual deverá ser obrigatoriamente formalizada com período mínimo de antecedência de 60 (sessenta) dias, sem prejuízo das obrigações assumidas até a data da extinção;

Parágrafo Quarto

Pelo contratante nas hipóteses previstas nos art. 128 a 131 da Lei Estadual nº 15.608/2007;

Parágrafo Quinto

Caso o Hospital deixe de estar sob a Gestão Estadual.

Parágrafo Sexto

A contratada reconhece os direitos da contratante à rescisão administrativa no caso de inexecução total ou parcial do contrato, nos termos do art. 99, inciso X, bem como ocorrerá automaticamente a nulidade do credenciamento dado por meio do Edital de Chamamento Público nº 004/2022, conforme art. 99, inciso XII, da Lei Estadual 15.608/2007.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei n.º 8.666/93 e dos princípios gerais de direito.

Parágrafo único

Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste contrato, que não puderem ser resolvidas de comum acordo pelas partes, serão encaminhadas à Comissão de Acompanhamento e Avaliação do contrato, principalmente aos referentes do Documento Descritivo, cabendo recurso ao Conselho Municipal de Saúde.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

O prazo de execução e vigência será contado da competência/mês de assinatura deste termo, até o dia 2 de maio de 2023, para fins de registro junto ao Ministério da Saúde.



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES

Os contratantes decidem aplicar ao contrato oriundo deste credenciamento o disposto na Lei Estadual nº 15.608 de 16.08.2007, e subsidiariamente o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as penalidades segundo Resolução SESA nº 0462/2005, Artigos 7º e 8º, especialmente:

I. Advertência escrita – quando houver distorções ou faltas leves, que não decorram de dolo ou naqueles que não impliquem em prejuízo ao usuário, nem em ato lesivo ao SUS, caracterizando negligência administrativa.

II. Advertência escrita com prazo para correção – impostas em razão de excessos ou omissões que configurem distorções médias ou graves, que possam ser corrigidas e adequadas no prazo de 30 a 60 dias.

III. Penalidades pecuniárias – art. 7º da Resolução SESA nº 0462/2005, § 1º a multa – dia corresponde a 1/60 do último faturamento mensal e liquidado, podendo ser imposta até o máximo de 20 (vinte) dias multa, será aplicada quando verificada distorções médias ou graves.

IV. Suspensão temporária da prestação de serviços – será aplicada nas ações que resultem danos financeiros ao SUS, ou que infrinjam as normas legais do SUS.

V. Rescisão do contrato - será determinada em situações graves, de alta relevância ou em razão do interesse público.

Parágrafo Primeiro

Denúncias relacionadas ao atendimento e cobranças indevidas, desvinculação de honorários para Terceiros, sejam de pessoas físicas ou jurídicas, bem como o não cumprimento do contrato oriundo deste credenciamento, estarão sujeitas as penalidades previstas na legislação: advertência escrita, advertência escrita com prazo para correção, penalidades pecuniárias com os respectivos valores, ordem de ressarcimento, suspensão temporária da prestação de serviços e rescisão de contrato.

Parágrafo Segundo

Caso o hospital deixe de cumprir as exigências relacionadas nas respectivas Portarias Ministeriais referentes às habilitações de alta complexidade, das quais destaca-se a oferta de consultas e exames ao complexo regulador do SUS e o atendimento integral, estará sujeito à aplicação das penalidades previstas, podendo ser desabilitado com consequente alteração da programação física e financeira.

Parágrafo Terceiro

No caso de cumulação de sanções, observar-se-á o disposto no art. 150, parágrafo único, da Lei Estadual nº 15.608/2007.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Comarca de Dois Vizinhos, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja.



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

Parágrafo Primeiro

E, por estarem justos e acordados, assinam as partes o presente instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor e forma e para um só efeito de direito.

Dois Vizinhos, de de 2022

Luis Carlos Turatto
Prefeito

Empresa
CNPJ



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

ANEXO IV
DECLARAÇÃO UNIFICADA

Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, Estado do Paraná
 Ref.: Chamamento nº 004/2022

RAZÃO SOCIAL e CNPJ: _____
ENDEREÇO: _____

1- Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional, nº 20/98, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos. Ressalvamos ainda, que, caso empregue menores na condição de aprendiz (a partir de 14 anos, deverá informar tal situação no mesmo documento).

2- Declaramos, sob as penas da lei, que não fomos declarados inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública.

3- Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a) _____, Portador(a) do RG nº _____ e CPF nº _____.

Declaramos ainda outros dados da empresa:

NOME DA FANTASIA:
RAMO DE ATIVIDADE Nº:
INSCRIÇÃO ESTADUAL Nº:
INSCRIÇÃO MUNICIPAL Nº:

4- Declaro para os devidos fins que **NENHUM** dirigente desta empresa exerce cargo ou função pública impeditiva de relacionamento comercial com a Administração Pública.

5- Declaramos de que a empresa não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).

5.1- Declaramos para os devidos fins de direito, que cumprimos com os requisitos dispostos no Artigo 9, inciso XII letras a e b da Resolução 28/11 do TCEPR e não temos como dirigentes ou controladores: XII – transferência de recursos às entidades privadas sem fins lucrativos que tenham como dirigentes ou controladores:

a) membros do Poder Executivo da concedente dos recursos ou do Legislativo Municipal ou Estadual, conforme o caso, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 3º grau;

b) servidor público vinculado ao Poder Executivo da concedente dos recursos ou do Legislativo Municipal ou Estadual, conforme o caso, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 3º grau, salvo se comprovada a inexistência de conflito com o interesse público.



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

6- Declaro para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail:

Telefone: ()

Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

7- Declaramos que nos responsabilizamos pela prestação dos serviços em conformidade com a legislação pertinente e que concordamos em prestar os serviços objeto deste edital em nosso estabelecimento, conforme valores contratantes na proposta apresentada, sem cobrança adicional.

8- Declaramos que as informações prestadas são verdadeiras, sob pena de responder judicialmente pelas inconsistências encontradas.

9- Declaramos que o preposto da nossa empresa será: nome _____, CPF _____, RG _____, e-mail para contato _____, número fone fixo se houver para contato _____, número fone celular _____. (Em caso de alteração das informações descritas na declaração durante a execução do contrato, a proponente deverá oficial o fiscal e gestor do contrato para atualização dos dados).

10- Dos Critérios de Sustentabilidade Ambiental: A contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o art. 3º da Lei nº 8666/93 e com o art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

..... de 2021.

Local e Data

Assinatura do Responsável

Carimbo com nº CNPJ



Município de
Dois Vizinhos
 Estado do Paraná

ANEXO V

Indicadores Estratégicos Hospitalares – Rede MATERNO INFANTIL *

Hospital:

Responsável pelo preenchimento:

Nº	Assistenciais	2020	2021
1	Total de partos		
2	Parto cesáreo		
3	Parto cesáreo em primíparas		
4	Analgesia para parto normal		
5	Episiotomia.		
6	Apgar menor que 7 no 5º minuto de vida		
7	RN menores que 2500 g		
8	RN com menos de 37 semanas		
9	Contato pele a pele		
10	Proporção de gestantes com acompanhante durante o Pré-parto:		
	Parto:		
	Pós-parto:		
11	Mortalidade Materna		
12	Média de Permanência – Parto normal		
13	Média de Permanência – Parto cesáreo		
14	Taxa de ocupação instalada – Maternidade		
15	Parturientes com venóclise		
16	Mulheres que tiveram parto na posição não litotômica		
17	Admissões na UTI Neonatal		
18	Média de Permanência – UTI Neonatal (dias)		
19	Nº de crianças com internação acima de 45 dias – UTI Neonatal		
20	Taxa de ocupação instalada – UTI Neonatal		
21	Admissões no UCI Neonatal		
22	Média de Permanência – UCI Neonatal (dias)		
23	Taxa de ocupação instalada – UCI Neonatal		

*Nota: Baseado nos indicadores do Hospital Sofia Feldmann.



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

ANEXO VI
CARTA DE CREDENCIAMENTO
(modelo de declaração)

FORA DO ENVELOPE

À Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos
Comissão de Licitações
Ref.: Chamamento Público n.º 004/2022

A empresa estabelecida
..... inscrita no CNPJ nº.....
através do presente, credenciamos o Sr....., portador da cédula
de identidade nº..... de do CPF nº..... a
participar da licitação instaurada pelo Município de Dois Vizinhos, Chamamento Público n.º
004/2022, na qualidade de Responsável Legal, outorgando-lhe plenos poderes para
pronunciar-se em nome da empresa, bem como praticar todos os demais atos inerentes ao
certame.

_____, em _____ de _____ de 2021.

Assinatura devidamente identificada do
Responsável legal da licitante



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

CRITÉRIOS PARA CLASSIFICAÇÃO HOSPITALAR

Edital de Chamamento Público nº 004/2022

Nome Fantasia do Hospital:

Razão Social:

CNPJ nº:

CNES nº

Município:

Estado:

1.1) Território Sanitário do Hospital

() Local / Regional

() Regional

1.2) Número de partos/mês ofertados pelo hospital:

Número de leitos obstétricos:

Número de leitos clínicos:

Número de leitos cirúrgicos:

1.3) Composição mínima da equipe para hospital que classificar-se como risco habitual

() Plantonista

() Enfermeira 24 horas

1.4) Composição mínima da equipe para hospital que classificar-se como risco intermediário

() Obstetra 24 horas

() Pediatra 24 horas

() Anestesista 24 horas

() Enfermeira 24 horas

1.5) O Hospital possui UCIN (Unidade de Cuidados Intermediários Neonatal)?

() Sim, nº de leitos:

() Não

1.6) O Hospital possui Alojamento Conjunto?

() Sim

() Não

1.7) O Hospital utiliza o método Mãe-Canguru?

() Sim, nº de leitos:

() Não

1.8) O Hospital apresenta Comissão Interna de Prevenção de Mortalidade Materna Infantil?(

) Sim () Não

1.9) O Hospital garante acompanhante no pré-parto, parto e Pós-parto?

() Sim



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

() Não

CONCLUSÃO: O hospital enquadra-se na seguinte tipologia:

() HOSPITAL DE RISCO HABITUAL

() HOSPITAL DE RISCO INTERMEDIÁRIO

Assinatura e Carimbo